



Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2019

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Murtosa é uma Misericórdia, foi constituída em 26 de Abril de 1926 e tem a sua sede na Rua António José de Freitas Guimarães, n.º 1, Pardelhas, 3870 – 208 Murtosa.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Entidade opera.

Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de *Irmãos*, nos termos dos Estatutos em vigor na Instituição.

É da opinião da *Mesa Administrativa* que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERÊNCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística, integrando, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do sector não lucrativo (NCRF – ESNL), a saber:

- a) DL 36-A/2011 e DL 98/2015: Base para a apresentação das Demonstrações Financeiras;
- b) Portaria 220/2015: Modelos de Demonstrações Financeiras;
- c) Portaria 218/2015: Código de Contas;
- d) Aviso 8259/2015: Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e respetivas Normas Interpretativas.

Não foi derogada qualquer disposição da normalização contabilística para as ESNL que afete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da instituição.

A Santa Casa da Misericórdia da Murtosa dispunha de contabilidade organizada no âmbito do Decreto-lei n.º 78/89, de 03 de Março e a partir de 01 de Janeiro de 2012 adaptou pela primeira vez as NCRF – ESNL.



A transição foi feita com recurso à evidência física e documental existente na Instituição.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as ESNL.

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

(a) Rédito

As Prestações de Serviços são reconhecidas a afetar os resultados operacionais do período a que diz respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo.

O rédito reconhecido está isento de IVA, ao abrigo do artigo 9.º do CIVA.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

(b) Locações

A Entidade, no período de relato em causa, não teve contratos de locação financeira e/ou operacional.

(c) Operações em moeda diferente da moeda de relato (Euro)

O Euro é a moeda funcional e de relato. A Entidade, no período de relato em causa, apenas efetuou operações ocorridas em Euros.

(d) Custos de empréstimos obtidos

A Entidade, no período de relato em causa, não teve empréstimos.



(e) Subsídios públicos

Os subsídios públicos foram reconhecidos após existir a segurança que:

- A Entidade cumprirá as condições a eles associadas;
- Os subsídios serão recebidos.

A Entidade, no período de relato em causa, beneficiou de subsídios estatais (IEFP, IP) para a integração de pessoas com deficiências e incapacidades e cheques formação, os quais foram reconhecidos, em regime de acréscimo, ao ritmo dos gastos de pessoal subsidiado. Também recebeu subsídios do Município para o desfile de Carnaval, semana sénior, projeto Q+ em rede (formação dos técnicos superiores para a certificação de qualidade da Instituição), viagem de finalistas das crianças do pré-escolar e da Junta de Freguesia para as marchas populares.

Não há diferenças temporárias reversíveis em impostos sobre lucros que, a propósito desses subsídios, gerem o reconhecimento de impostos diferidos.

(f) Benefícios dos empregados

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e ausências permitidas a curto prazo.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

A Entidade não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

(g) Impostos sobre o rendimento

A entidade, no período de relato em causa, é isenta de imposto sobre o rendimento nas atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários, rendimentos de capitais, rendimentos prediais e ganhos de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais a partir do exercício de 1999, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (10 anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais dos exercícios de 2016 a 2019



poderão vir a ser sujeitas a revisão, mas a mesa administrativa da Santa Casa acredita que, se porventura existirem correções futuras, estas não serão de grande significado.

(h) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Não há, no entanto, perdas de imparidade registadas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

(i) Justo valor Ativos Fixos Tangíveis

Para os terrenos e edifícios integrantes dos ativos fixos tangíveis, tomados em conjunto, não foram feitas avaliações por entidades especializadas, pois não há indícios de perdas de imparidade. Para a generalidade dos demais ativos da empresa também não foram até ao momento detetados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.



(j) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Não há, no entanto, perdas de imparidade registadas.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

(k) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

(l) Inventários

Os inventários estão evidenciados no balanço pelo mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de acordo com a revisão que, no fim de cada período de relato, foi efetuada à sua quantia recuperável em face das condições de mercado.

O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO (*First in, First Out*) como método de custeio.

(m) Créditos a receber e outros ativos correntes

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de créditos a receber e outros activos correntes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large 'F', 'C', 'VER', and several signatures.



incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

(n) Financiamentos obtidos

A Entidade, no período de relato em causa, não teve financiamentos.

(o) Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

(p) Investimentos financeiros ativos

Os investimentos financeiros de participações de capital noutras empresas (Empresa de Pesca de Viana, Soc. Portuguesa Empreendimentos, SPE – N, TVI – Tel. Independente – D. Red./E.99-ORD, Lisgarante, SA) expressos em acções, estão mensurados ao custo de aquisição.

O fundo de compensação do trabalho está mensurado ao custo de aquisição.

3.2. Juízos de valor

Na preparação das demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pela Mesa Administrativa situações que coloquem em causa a continuidade da Entidade.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa teve de recorrer a estimativas e assumir pressupostos que afetam os réditos, rendimentos e ganhos, os gastos e perdas, os ativos, os passivos e as divulgações de contingências. O uso da informação disponível no momento e aplicação de julgamentos são aspetos inerentes à formação das estimativas contabilísticas. As realidades poderão no futuro diferir das estimativas efetuadas.



4. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Prestação de serviços	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Mensalidades	936.419,73	953.932,58
Quotização	1.214,00	1.295,00
	<u>937.633,73</u>	<u>955.227,58</u>

4.1 QUADRO RESUMO DAS MENSALIDADES POR RESPOSTA SOCIAL

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
ERPI	591.765,79	613.704,79
Creche	84.547,67	78.353,38
Pré-Escolar	81.849,09	82.991,80
CATL	66.207,50	61.630,90
Centro de Dia	25.304,17	13.790,88
Serviço de Apoio Domiciliário	55.718,46	73.781,23
Residência Autónoma (Qta. Pinheira)	14.916,00	16.953,60
Residência Autónoma (Patronato S. José)	16.111,05	12.726,00
	<u>936.419,73</u>	<u>953.932,58</u>

5. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Quadro Resumo dos Subsídios, Doações e Legados à Exploração

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
ISS, IP – Centro Distrital	1.072.369,62	1.034.131,62
Acordos de Cooperação	1.044.034,64	1.018.369,78
Vagas Cativas	26.037,79	3.922,49
Complemento para Idosos	2.297,19	6.658,47
Compensação Salarial - Educadoras	0,00	5.180,88
Outros	33.210,68	6.506,41
CLDS 4G – Murtosa em Rede	15.543,53	0,00
Município (Subsídio para o Carnaval, Semana Sénior, Projeto Q+ em Rede, Viagem de Finalistas e Marchas Populares)	3.869,50	1.753,50
Junta de Freguesia do Monte (Marchas Populares)	650,00	4.752,91
IEFP (Contratos Emprego Inserção, Cheque Formação)	3.936,09	0,00
Legados	9.211,56	0,00
	<u>1.105.580,30</u>	<u>1.040.638,03</u>



Quadro de repartição do Subsídio à Exploração atribuído pelo ISS, IP – Centro Distrital:

ISS, IP – Centro Distrital	31-Dez-2019	31-Dez-2018
1 - Lar de Idosos	397.951,63	368.077,49
1.1 – Acordo de Cooperação	369.616,65	357.496,53
1.2 – Vagas Cativas	26.037,79	3.922,49
1.4 – Complemento Idosos	2.297,19	6.658,47
2 - Creche	213.720,71	207.797,46
2.1 – Acordo de Cooperação	213.720,71	207.797,46
3 – Pré-Escolar	126.165,60	131.346,48
3.1 – Acordo de Cooperação	126.165,60	126.165,60
3.2 – Compensação Salarial Educadoras	0,00	5.180,88
4 – CAFAP (Acordo de Cooperação)	48.836,16	47.184,48
5 – CATL	16.891,20	16.318,80
5.1 – Acordo de Cooperação	16.891,20	16.318,80
6 – Residência Autónoma (Qta. Pinheira)	67.556,40	65.271,60
6.1 – Acordo de Cooperação	67.556,40	65.271,60
7 – Centro de Dia (Acordo de Cooperação)	14.755,86	8.938,85
7.1 – Acordo de Cooperação	14.755,86	8.938,85
8 – Residência Autónoma (Patronato)	67.556,40	64.183,74
8.1 – Acordo de Cooperação	67.556,40	64.183,74
9 – Serviço de Apoio Domiciliário	118.935,66	125.012,72
9.1 – Acordo de Cooperação	118.935,66	125.012,72
	1.072.369,62	1.034.131,62

A comparticipação financeira da Segurança Social, devida por força dos acordos de cooperação, aumenta 3,5% face ao observado em 2018.

6. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	31-Dez-2019			31-Dez-2018		
	Mercadorias	Matér. primas e de consumo	Total	Mercadorias	Matér. primas e de consumo	Total
Inventários iniciais	0,00	9.437,33	9.437,33	0,00	5.696,96	5.696,96
Compras	0,00	200.041,95	200.041,95	0,00	199.729,36	199.729,36
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	(55.286,70)	(55.286,70)	0,00	(54.863,99)	(54.863,99)
Inventários finais	0,00	7.885,83	7.885,83	0,00	9.437,33	9.437,33
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	146.306,75	146.306,75	0,00	141.125,00	141.125,00



7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (FSE)

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Trabalhos especializados	30.116,50	20.554,59
Publicidade e Propaganda	28,29	186,96
Vigilância e segurança	705,44	697,39
Honorários	29.834,73	30.574,22
Comissões	1.346,49	981,59
Conservação e reparação	28.343,51	24.932,49
Serviços bancários	107,02	112,92
Outros	0,00	96,07
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	10.453,61	6.910,86
Livros e documentação técnica	0,00	190,22
Material de escritório	3.447,83	3.050,47
Artigo para oferta	4.768,85	5.547,07
Material didático	7.460,13	7.862,65
Jornais e revistas	775,60	788,48
Outros materiais	294,08	182,16
Electricidade	44.575,92	50.633,19
Combustíveis	9.321,55	8.953,90
Água	16.937,24	16.523,21
Outros fluídos	58.378,78	51.646,52
Deslocações e estadas	5.216,95	6.034,57
Despesas c/ visitas de estudo	4.512,29	2.791,90
Rendas e alugueres	26,25	0,00
Comunicação	7.410,20	7.508,83
Seguros	7.434,50	6.856,46
Contencioso e notariado	461,67	755,95
Limpeza, higiene e conforto	47.114,26	51.047,31
Outros serviços	1.355,69	4.131,44
	320.427,38	309.551,42

Os trabalhos especializados aumentaram face a 2018 porque os serviços médicos foram reestruturados e sofreram um aumento de € 5.500,00/ano. Ainda nos trabalhos especializados, o aumento foi de € 2.000,00/ano porque a Instituição colocou à disposição dos Pais das crianças do infantário uma aplicação informática que lhes permite ter acesso ao dia a dia dos seus filhos na escola, bem como a informações escolares. O restante aumento deveu-se ao acréscimo do número de fotocópias e à consultoria dada aos técnicos superiores no âmbito das normas da qualidade.

Foi necessário realizar algumas conservações de beneficiação nos edifícios da Instituição, o que levou a um aumento de € 3.000,00/ano.

O aumento verificado na rubrica de outros fluídos (gasóleo de aquecimento, gás – cozinha do Lar e Gás Natural do Infantário) deriva do aumento do consumo do gasóleo de aquecimento em 6.500 litros/ano, bem como do preço por litro.



8. GASTOS COM O PESSOAL

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Remunerações do pessoal	1.341.533,28	1.302.833,30
Encargos sobre remunerações	277.880,35	272.099,27
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	12.945,87	11.580,13
Outros gastos com pessoal	7.275,63	14.958,08
	1.639.635,13	1.601.643,95

Durante o ano 2019 os aumentos salariais decorreram das promoções e progressões dos funcionários que atingiram tempo de serviço, que por lei lhes dá o direito ao aumento salarial, bem como pelo aumento do salário mínimo nacional que passou de € 580,00 (Quinhentos e oitenta euros) em 2018 para € 600,00 (Seiscentos euros) em 2019.

Em abril de 2019 foi necessário contratar uma técnica superior para elaborar a candidatura ao projeto CLDS 4G (Contrato Local para o Desenvolvimento Social – 4.ª Geração). Esta contratação levou ao acréscimo nesta rubrica de aproximadamente € 15.000,00.

Os outros gastos com pessoal englobam, nomeadamente, medicina no trabalho, vestuário e calçado e formação para as funcionárias.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 Dezembro 2019 foi:

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Número médio de empregados	124	123
Número de empregados no fim do período	124	123

9. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Perdas por imparidade em dívidas a receber (clientes)		
Reversões de perdas por imparidade em dívidas a receber	800,00	700,00
	800,00	700,00

10. OUTROS RENDIMENTOS

	31-Dez-2019	31-Dez-2019
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros	60.048,36	64.121,39
Imputação do subsídio para o investimento	22.421,54	16.929,78
Correções Relativas a Períodos Anteriores	4.377,25	18.176,53
Donativos	11.097,56	32.242,74
Diversos	9.146,25	7.011,53
	107.090,96	138.481,97

Em 2018 a Instituição recebeu dois donativos em espécie no valor de € 19.388,74.



11. OUTROS GASTOS

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Juros de Mora	0,00	123,90
Donativos (Banco alimentar)	0,00	0,00
Quotizações (UMP, ALP e RenCAFAP) ⁽¹⁾	816,00	936,00
Correções Desfavoráveis de Exercícios Anteriores	3.615,22	0,02
Outros	4,20	19.718,82
	4.435,42	20.778,74

⁽¹⁾ UMP – União Misericórdias Portuguesas, ALP – Associação Lisbonense Proprietários e RenCAFAP – Rede Nacional de CAFAP's.

12. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Juros obtidos	1.205,02	2.333,82
Outros	82,08	82,08
	1.287,10	2.415,90

13. ACTIVO FIXO TANGÍVEL

	Terrenos	Edifícios	Equipamento				Total
			Básico	Transporte	Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	
Quantia escriturada inicial	113.456,11	2.649.824,14	287.136,47	255.300,28	411.658,46	61.713,06	3.779.088,52
Depreciações acumuladas iniciais	0,00	(1.481.917,08)	(260.206,47)	(213.671,14)	(382.314,94)	(54.657,94)	(2.392.767,57)
Quantia escriturada líquida inicial	113.456,11	1.167.907,06	26.930,00	41.629,14	29.343,52	7.055,12	1.386.320,95
Adições							
Outras	864,30	3.073,87	1.259,67	69.774,10	5.079,92	2.803,11	82.854,97
Total das adições	864,30	3.073,87	1.259,67	69.774,10	5.079,92	2.803,11	82.854,97
Diminuições							
Depreciações		(67.694,33)	(6.956,19)	(23.859,80)	(11.243,35)	(2.762,68)	(112.516,35)
Perdas por imparidade							
Alienações			(300,00)		(1.218,01)		(1.518,01)
Abates							
Regularização							
Total das diminuições	(0,00)	(67.694,33)	(7.256,19)	(23.859,80)	(12.461,36)	(2.762,68)	(114.034,36)
Quantia escriturada líquida final	114.320,41	1.103.286,60	20.933,48	87.543,44	21.962,08	7.095,55	1.355.141,56



14. INVESTIMENTO EM CURSO

	Investimentos Financeiros em Curso	Propriedades de Investimento em Curso	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Ativos Intangíveis em Curso	Adiantamentos por conta do Património Histórico, Artístico e cultural	Total
Quantia escriturada líquida inicial			21.440,72			21.440,72
Adições						
Outras			112.180,73			112.180,73
Total das adições			112.180,73			112.180,73
Diminuições						
Perdas por imparidade						
Transferências			(6.714,67)			(6.714,67)
Total das diminuições			(6.714,67)			(6.714,67)
Quantia escriturada líquida final			126.906,78			126.906,78

15. ACTIVO FIXO INTANGÍVEL

Bens do domínio público	Outros Ativos Intangíveis					Total
	Goodwill	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	
Quantia escriturada Inicial			18.466,86			18.466,86
Depreciações acumuladas iniciais			(18.466,86)			(18.466,86)
Quantia escriturada líquida inicial			0,00			0,00
Adições						
Outras						
Total das adições						
Diminuições						
Depreciações						
Perdas por imparidade						
Alienações						
Abates						
Total das diminuições						
Quantia escriturada líquida final			0,00			0,00



16. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

	Investimentos em Subsidiárias	Investimentos em Associadas	Investimentos em Entidades conjuntamente Controladas	Investimentos noutras Empresas	Outros Investimentos Financeiros	Total
Quantia escriturada inicial				1.246,99	6.822,31	8.069,30
Depreciações acumuladas iniciais						
Quantia escriturada líquida inicial				1.246,99	6.822,31	8.069,30
Adições						
Outras					2.671,73	2.671,33
Total das adições					2.671,73	2.671,33
Diminuições						
Depreciações						
Perdas por imparidade						
Alienações						
Abates					(1.303,74)	(1.303,74)
Total das diminuições					(1.303,74)	(1.303,74)
Quantia escriturada líquida final				1.246,99	8.190,30	9.437,29

17. INVENTÁRIOS

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Matérias-primas – Géneros Alimentares	5.620,02	6.514,93
Materiais Diversos – Medicamentos e artigos de saúde	665,30	271,79
Materiais Diversos – Consumo hoteleiro	550,33	231,07
Rouparia	1.050,18	2.419,54
	7.885,83	9.437,33

18. CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de créditos a receber apresentava as seguintes quantias:

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Clientes c/c	1.008,00	0,00
Utentes c/c	19.073,42	20.780,82
Utentes cobrança duvidosa	66.185,57	66.985,57
Perdas de imparidade	(66.185,57)	(66.985,57)
	20.081,42	20.780,82

19. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias (ativo):

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Imposto sobre o Valor acrescentado (Activos Fixos Tangíveis)	3.030,71	1.465,39
Imposto sobre o Valor acrescentado (Géneros Alimentares)	963,43	2.255,64
	3.994,14	3.721,03

Não existem dívidas em mora ao estado.



20. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica diferimentos apresentava as seguintes quantias (ativo):

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Gastos a reconhecer (Seguros)	5.531,12	5.187,47
Gastos a Reconhecer (CLDS 4G – Murtosa em Rede)	15.543,53	0,00
Gastos a reconhecer (S.Deteção Segurança e Rentokil, Ankira e Team Viewer)	4.395,57	4.496,16
	25.470,22	9.683,63

21. OUTROS ATIVOS CORRENTES

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Fornecedores	119,65	
Devedores por acréscimo de rendimentos	10.897,22	15.086,20
Outros devedores ^{a)}	375.493,74	7.752,36
	386.510,61	22.838,56

a) Em 2019 foi aprovado o projeto “ERPI Murtosa – 05 – 4842 – FEDER – 000147, no âmbito do Portugal 2020, no valor de € 372.734,95 com o objectivo de realizar obras que permitirão à Santa Casa a obtenção do licenciamento da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).

22. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Caixa	74,19	475,39
Depósitos Bancários	94.000,09	68.675,75
Outros depósitos bancários	575.000,00	670.000,00
	669.074,28	739.151,14

23. FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2019, o fundo da Santa Casa da Misericórdia da Murtosa era de 90.294,04 (noventa mil, duzentos e noventa e quatro euros e quatro centimos).

As outras variações nos fundos patrimoniais são compostas por doações (65.834,36) e por subsídios ao investimento (571.195,66).

O resultado líquido anual será transferido para a conta de resultados transitados.

24. PROVISÕES

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Provisões	4.092,87	4.092,87
	4.092,87	4.092,87

A Instituição recebeu bens imóveis no valor patrimonial de € 19.489,84. Por uma questão de prudência foi constituída uma provisão em 2017.



25. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica fornecedores apresentava as seguintes quantias:

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Fornecedores c/c	17.023,61	12.456,65
	17.023,61	12.456,65

26. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias (passivo):

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	6.458,64	7.180,15
Contribuição para a Segurança Social	32.616,95	31.992,89
Fundo Compensação e Fundo Garantia Compensação do Trabalho	263,12	215,52
	39.338,71	39.388,56

27. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica Diferimentos apresentava as seguintes quantias (passivo):

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Rendimentos a reconhecer – Projetos IEF	0,00	4.585,49
Rendimentos a reconhecer – Mensalidades Infância e Rendas	17.846,37	17.049,00
	17.846,37	21.634,49

28. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

	31-Dez-2019	31-Dez-2018
Remunerações a Pagar ao Pessoal	80.067,34	0,00
Outras Operações (Pessoal)	420,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	26.183,87	462,50
Adiantamento de clientes e utentes	234.888,92	240.984,26
Credores por acréscimo de gastos	229.524,81	228.384,40
Diversos	964,10	136,99
	572.049,04	469.968,15

29. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DO BALANÇO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a partir de 30 de janeiro de 2020 que o surto da doença causado pelo COVID 19 é uma emergência de saúde pública internacional. Em Portugal, o Estado de Emergência foi decretado no dia 19 de março e terminou no dia 02 de maio de 2020, data a partir da qual se transitou para o Estado de Calamidade.

Durante este período, o Estado Português anunciou uma série de medidas extraordinárias para apoiar os trabalhadores e empregadores afetados pelo surto do vírus COVID 19, tendo em vista a manutenção dos postos de trabalho e mitigar situações de crise empresarial.



No dia 16 de março são fechados os estabelecimentos de ensino, bem como as creches e os centros de atividades de tempos livres (CATL). A Mesa Administrativa ponderou o recurso ao *lay off* simplificado para as funcionárias afetas ao infantário, onde se incluem as respostas sociais creche, pré-escolar e CATL, no entanto não se recorreu, uma vez que o Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP) garantiu o pagamento dos acordos de cooperação destas respostas sociais sem cortes pelo seu encerramento.

No dia 28 de março ocorreu um incêndio no Infantário da Murtosa e já não era suficiente o encerramento devido ao COVID 19, ainda foi necessário um esforço adicional, por parte da Mesa Administrativa e dos funcionários que desenvolveram um trabalho extraordinário no sentido de o mais rápido possível obtermos a reconstrução do que se estragou devido ao incêndio. Foi feita a participação ao seguro e entretanto a Instituição já foi indemnizada.

Com o encerramento do Infantário, as mensalidades cobradas às crianças, por decisão da Mesa Administrativa foram de 25% do valor mensal das mesmas nos meses de abril e maio. A diminuição em 75% foi colmatada com a diminuição das compras de géneros alimentares, gás, electricidade, água, materiais de limpeza, combustível para as carrinhas e ainda pela diminuição do pagamento dos salários, uma vez que 7 funcionárias das 32 afetas a estas respostas sociais têm filhos menores de 12 anos e recorreram ao apoio excepcional à família COVID 19. As restantes funcionárias foram afetas à Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e ao Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), que por sua vez foram afetadas pelo Vírus COVID 19, tendo 38 funcionárias em isolamento profilático, seguido de baixa média até à realização do teste ao COVID 19. O regresso das funcionárias em isolamento profilático deu-se a meados de abril, data a partir da qual a Instituição iniciou o período de férias, não tendo sido necessário recorrer à contratação de mais funcionárias.

No dia 18 de maio a creche abriu ao público e no dia 01 de junho o pré escolar também abriu as portas para que lentamente se regressasse à normalidade. No dia 11 de junho a Instituição sofre mais uma vez, com o surgimento de uma criança a testar positivo ao COVID 19. A Delegada de Saúde encerra a sala que a criança frequenta e com esta decisão voltamos a ter que conquistar a confiança de muitos pais. Já todos os funcionários que conviviam com a criança realizaram o teste e todas testaram negativo ao COVID 19 pelo que mais uma vez estamos a voltar lentamente à normalidade.

A Instituição tem tido gastos extraordinários com a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), mas também tem recebido donativos para ajudar neste período de calamidade.



Handwritten signature or mark in the top right corner.

O Município da Murtosa tem ajudado com a entrega de EPI's e prevê-se que venhamos a receber um subsídio para ajudar a fazer face a esta pandemia por parte do mesmo.

Neste tempo de pandemia verifica-se a escassez de EPI's e a especulação do mercado é enorme, tornando-se difícil a aquisição destes bens e a preços normais. Os gastos deste tipo de material aumentaram não só devido à segurança e prevenção como também no cumprimento das orientações emanadas pela Direção Geral de Saúde (DGS).

Não conseguimos quantificar os efeitos desta pandemia, mas temos todas as obrigações cumpridas, quer em termos de prazos, quer em termos de pagamentos de impostos, fornecedores e funcionários. Conseguimos evitar recorrer às medidas extraordinárias emanadas pelo Governo no que concerne à dilatação dos prazos de pagamento.


Prevemos que a rentabilidade operacional seja afetada negativamente no ano 2020, mas a viabilidade da Instituição não está posta em causa.

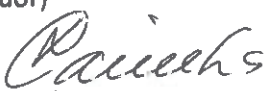
Nota: As notas que não constam deste anexo não se aplicam a esta entidade.

O Contabilista Certificado,


(Ana Maria Rodrigues S. Cirne Abreu)

A Mesa Administrativa,


(Dr. Manuel Anténio da Silva)
(Provedor)


(David António da Silva Carinha)
(Vice-Provedor)


(Francisco Joaquim S. Afonso Lopes)
(Secretário)


(António Tavares Sousa)
(Vice-Secretário)

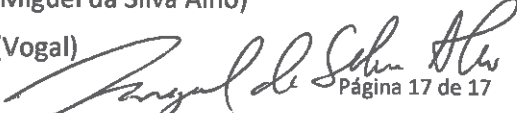

(António Joaquim Oliveira da Fonseca)
(Tesoureiro)

(António Maria Vaz)

(Vogal)


(Miguel da Silva Alho)

(Vogal)


Página 17 de 17